

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Elemento	Descrição
Órgão demandante	Secretaria Municipal de Saúde de Canavieiras/Fundo Municipal de Saúde
Objeto	Reforma e Ampliação do Hospital Régis Pacheco , situado na Avenida JJ Seabra, n.º 31, Centro, Canavieiras/BA
Instrumento de origem	Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 102/2026
Processo de origem	019.5120.2025.0074163-15
Valor global conveniado	R\$ 16.146.436,55 (dezesseis milhões, cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)
Aporte estadual	R\$ 15.823.507,82
Contrapartida municipal	R\$ 322.928,73
Vigência convenial	30 meses
<p>O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) formaliza a fase de planejamento para a contratação de obra de engenharia de vital importância para a saúde pública no Município de Canavieiras. A contratação, cujo objeto é a reforma e ampliação do Hospital Régis Pacheco, representa a materialização de um esforço conjunto entre o Poder Público Municipal e o Estado da</p>	

<p>Bahia, consolidado por meio do Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 102/2026. Este ajuste interfederativo viabiliza um investimento estratégico superior a R\$ 16 milhões, destinado a superar graves deficiências estruturais e a qualificar a prestação de serviços de saúde à população. Por conseguinte, todo o procedimento licitatório e a futura execução contratual deverão observar, com rigor absoluto, as diretrizes, o plano de trabalho, os projetos técnicos e o cronograma físico-financeiro que integram o referido convênio, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a efetiva prestação de contas aos órgãos de controle.</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO

2.1. O Cenário Crítico: A Sobrecarga Estrutural do Único Nosocômio da Cidade

O problema central que esta contratação busca solucionar transcende a mera necessidade de uma obra de engenharia. Trata-se de uma questão de **saúde pública de caráter urgente e inadiável**. O Hospital Régis Pacheco não é apenas uma unidade de saúde; ele representa o **único equipamento hospitalar de todo o Município de Canavieiras**. Como tal, concentra a totalidade da demanda por atendimentos de urgência e emergência, internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas, servindo como a única salvaguarda para a vida e a saúde de milhares de cidadãos. Qualquer falha em sua capacidade operacional reverbera de forma imediata e grave em toda a rede de atenção à saúde, deixando a população local desassistida em momentos de maior vulnerabilidade.

A infraestrutura atual, contudo, encontra-se em um estado que compromete severamente a capacidade de resposta do hospital. A combinação de **desgaste natural acentuado pelo tempo, obsolescência de suas instalações e insuficiência de sua capacidade física** para atender à crescente demanda populacional cria um cenário de risco iminente. Não

se trata de uma deficiência pontual, mas de um esgotamento sistêmico da estrutura, que ameaça a segurança de pacientes e profissionais e limita a qualidade da assistência prestada.

2.2. A Insuficiência Estrutural e a Inadequação às Normas Sanitárias Vigentes

O problema administrativo a ser resolvido pode ser decomposto em três eixos interdependentes que, somados, demonstram a premência da intervenção. Primeiramente, o **desgaste físico avançado** manifesta-se em patologias construtivas, fissuras, infiltrações e no fim da vida útil das instalações elétricas e hidrossanitárias. Essas condições não apenas elevam os custos com manutenções corretivas, que se mostram paliativas e ineficazes, mas principalmente geram riscos de acidentes, interrupções no fornecimento de energia, contaminações e falhas em equipamentos essenciais à vida.

Em segundo lugar, a **insuficiência da área física** tornou-se um gargalo crítico. A planta original do hospital já não comporta o volume de atendimentos atual. A consequência direta é a superlotação de enfermarias, a improvisação de espaços, a limitação no número de leitos disponíveis e a sobrecarga dos centros cirúrgico e de emergência. Tal cenário impacta negativamente os tempos de espera, aumenta o risco de infecção hospitalar e submete pacientes e trabalhadores a condições de estresse e desconforto, ferindo os princípios da humanização do atendimento preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Por fim, a **inadequação parcial da estrutura às normas técnicas e sanitárias contemporâneas** é um fator de grave preocupação. As regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como as normas de acessibilidade (NBR 9050), evoluíram significativamente, estabelecendo padrões rigorosos para fluxos de pacientes, áreas de isolamento, descarte de resíduos, climatização e segurança. A estrutura atual do Hospital Régis Pacheco apresenta defasagens em relação a esses requisitos, o que não apenas dificulta a prestação de um cuidado seguro e eficiente, mas também expõe o município a sanções e dificulta a habilitação de novos serviços.

Dessa forma, a continuidade da prestação de serviços em tal contexto é insustentável. A solução não reside em reparos fragmentados, mas sim em uma **intervenção planejada, integrada e robusta** que promova a reforma das áreas degradadas e a ampliação da capacidade instalada, requalificando o único hospital da cidade para que ele possa cumprir sua missão com segurança e dignidade.

3. DEMONSTRAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3.1. A Materialização do Direito Fundamental à Saúde e do Dever do Estado

A contratação em tela representa a mais clara e direta manifestação do **interesse público primário**, pois visa garantir a efetividade de um direito social fundamental, a saúde, assegurado a todos os cidadãos pelo artigo 196 da Constituição Federal. O dever do Estado de prover as condições indispensáveis ao pleno exercício desse direito se materializa na manutenção de uma rede de serviços adequada, resolutiva e segura. No contexto de Canavieiras, o pleno funcionamento do Hospital Régis Pacheco é a condição *sine qua non* para o cumprimento dessa obrigação constitucional. A omissão em promover as melhorias necessárias configuraria uma falha inaceitável do Poder Público em sua função mais basilar de proteger a vida e a dignidade de seus administrados. Portanto, a reforma e ampliação do hospital não é uma opção discricionária, mas um **imperativo constitucional e social**.

3.2. O Hospital Régis Pacheco como Vértice da Rede Municipal de Saúde

A importância estratégica deste projeto é amplificada pelo fato de o Hospital Régis Pacheco ser o **pilar central de toda a rede de atenção à saúde do município**. Ele funciona como a referência para os casos de maior complexidade que não podem ser resolvidos na atenção primária. Uma infraestrutura hospitalar deficiente e sobrecarregada compromete não apenas o atendimento de emergência e as internações, mas todo o sistema, que perde sua capacidade de dar vazão aos encaminhamentos. A requalificação do hospital, portanto, possui uma capilaridade social imensa, beneficiando diretamente toda a população usuária do SUS, além de proporcionar um ambiente de trabalho mais seguro e digno para os servidores e profissionais de saúde, o que, por sua vez, reflete na qualidade do cuidado ofertado.

3.3. Alinhamento ao Planejamento Interfederativo e aos Princípios do SUS

Esta iniciativa não se constitui como uma ação isolada do Município. Pelo contrário, ela está perfeitamente alinhada a um planejamento interfederativo formal, expresso no **Termo de Convênio n.º 102/2026** firmado com o Estado da Bahia. Tal cooperação técnica e financeira demonstra o reconhecimento, em âmbito estadual, da relevância e da urgência desta intervenção. A obra insere-se, assim, em uma estratégia mais ampla de fortalecimento da rede hospitalar regional, em conformidade com os princípios organizativos do SUS, como a **regionalização e a hierarquização**, que buscam otimizar os recursos e garantir o acesso da população aos diferentes níveis de atenção à saúde. A execução deste projeto é, portanto, um compromisso assumido perante o ente estadual e um passo fundamental para a consolidação da rede de saúde local e regional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para assegurar que o interesse público seja plenamente atingido, a futura contratação deverá ser pautada por um conjunto de requisitos rigorosos, que orientarão desde a elaboração do edital até a fiscalização e o recebimento final da obra.

- **Execução em estrita conformidade com os projetos e especificações técnicas:** A empresa contratada deverá executar a obra em absoluta aderência ao projeto básico, projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovados no âmbito do Convênio n.º 102/2026. Quaisquer alterações necessárias deverão ser formalmente justificadas, analisadas pela fiscalização e submetidas à aprovação da autoridade competente, evitando desvios que comprometam a qualidade e o escopo do objeto.
- **Observância do regime jurídico licitatório:** Todo o processo deverá seguir os trâmites da Lei Federal n.º 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual n.º 14.634/2023, garantindo a isonomia, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- **Comprovação de qualificação técnica compatível:** A licitante vencedora deverá demonstrar, de forma inequívoca, sua **capacidade técnico-operacional e técnico-profissional** para a execução de obra de complexidade semelhante. Será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem experiência prévia em construção, reforma ou ampliação de estabelecimentos assistenciais de saúde, bem como a indicação de responsável técnico habilitado (engenheiro civil ou arquiteto) com registro ativo no respectivo conselho profissional.
- **Responsabilidade técnica e segurança do trabalho:** A contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução da obra. Ademais, será de sua inteira responsabilidade a implementação de todas as normas de segurança do trabalho no canteiro de obras, visando proteger a integridade de seus funcionários, dos servidores do hospital, dos pacientes e do público em geral.
- **Planejamento de execução com mínimo impacto operacional:** Dado que o Hospital Régis Pacheco é o único da cidade e poderá necessitar manter parte de seus serviços em funcionamento durante a obra, a contratada deverá apresentar um **plano de ataque**

detalhado. Este plano deve prever o faseamento da execução, o isolamento seguro das áreas em intervenção, rotas de acesso seguras e medidas eficazes de controle de ruído e poeira, a fim de minimizar o impacto sobre a rotina assistencial.

- **Vinculação dos pagamentos à execução e medição:** Os desembolsos financeiros em favor da contratada estarão estritamente vinculados às medições periódicas dos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela equipe de fiscalização do Município. Este mecanismo de controle é fundamental para garantir que os recursos públicos, especialmente os oriundos do convênio estadual, sejam aplicados exclusivamente no objeto pactuado.

5. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Diante do problema apresentado, foram analisadas as seguintes alternativas para a execução do objeto:

Alternativa	Análise de Viabilidade
Execução direta pelo Município	Inviável. A Administração Municipal não dispõe, em seus quadros permanentes, de equipe técnica especializada em número e qualificação suficientes para gerenciar e executar uma obra desta magnitude e complexidade. A tentativa de execução direta implicaria em riscos operacionais, desvio de finalidade de servidores de outras áreas e provável ineficiência na gestão dos recursos e do cronograma, tornando-a uma solução temerária e inadequada.
Contratações fragmentadas de serviços	Desaconselhável. O parcelamento do objeto em múltiplos contratos (um para estrutura, outro para instalações, outro para acabamentos, etc.) traria riscos inaceitáveis de incompatibilidades técnicas entre os serviços, ausência de uma visão integrada

	do projeto e, principalmente, a diluição de responsabilidades em caso de vícios ou defeitos construtivos. Ademais, tal prática poderia configurar fracionamento indevido de despesa e dificultaria enormemente a fiscalização e a gestão contratual.
Contratação integrada ou semi-integrada	Inadequada para o caso concreto. Esses regimes de execução são indicados quando a Administração não possui um projeto básico completo. No presente caso, a contratação já parte da premissa de um conjunto de peças técnicas (projeto básico, planilhas) previamente analisado e aprovado no âmbito do convênio com o Estado, tornando a contratação com base em projeto a solução mais direta e segura.
Contratação de empresa especializada com base em projeto aprovado	Solução mais adequada. Esta alternativa consiste em licitar a execução da obra a uma única empresa especializada, que assumirá a responsabilidade integral pelo resultado. Este modelo concentra a responsabilidade técnica e executiva, permite uma competição mais ampla e objetiva com base em um projeto definido, facilita a fiscalização por parte do Município e assegura uma prestação de contas clara e unificada perante o órgão concedente. É a solução que oferece maior segurança jurídica, técnica e econômica.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA E JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Com base na análise precedente, e considerando a urgência, a complexidade e o vulto financeiro do projeto, a solução que se apresenta como a mais eficiente, segura e vantajosa para o interesse público é a **contratação, mediante processo licitatório, de pessoa jurídica especializada no ramo da engenharia civil para a execução da obra de reforma e ampliação do Hospital Régis Pacheco, em regime de execução indireta.**

A justificativa para esta escolha reside na concentração de responsabilidade em um único executor, o que mitiga os riscos associados à fragmentação de serviços e garante uma gestão unificada do canteiro de obras, do cronograma e da qualidade. Ao transferir a execução para uma empresa com notória especialização no setor, a Administração Pública vale-se da expertise do mercado para realizar um projeto complexo, focando seus esforços no seu papel primordial de fiscalizar o cumprimento do contrato e garantir que o resultado final atenda plenamente às necessidades da população.

Recomenda-se, preferencialmente, a adoção do regime de **empreitada por preço global**, uma vez que o objeto será perfeitamente definido por meio de projetos e especificações detalhadas no edital. Este regime oferece maior previsibilidade de custos para a Administração e transfere ao contratado a responsabilidade por eventuais erros ou omissões em seu dimensionamento de quantitativos, em alinhamento com as melhores práticas de contratação de obras públicas e com o artigo 46, I, da Lei n.º 14.133/2021. A adoção de regime diverso, como a empreitada por preço unitário, somente deverá ser considerada se, na fase de elaboração do projeto básico, for tecnicamente demonstrada a impossibilidade de definir com precisão os quantitativos de todos os serviços.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global de referência para a presente contratação é de **R\$ 16.146.436,55 (dezesseis milhões, cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)**. Este montante foi estabelecido no Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Termo de Convênio n.º 102/2026 e é composto por duas fontes de recursos:

- **Aporte do Tesouro Estadual (SESAB/FES-BA): R\$ 15.823.507,82**
- **Contrapartida do Tesouro Municipal: R\$ 322.928,73**

É fundamental ressaltar que este valor constitui o orçamento estimado da contratação, servindo como teto para o processo licitatório. O valor final do contrato será aquele decorrente da proposta vencedora do certame, que deverá ser compatível com os preços de

mercado. O orçamento detalhado, que deverá integrar o edital de licitação, será composto por planilhas com quantitativos e preços unitários, composições de custos (CPU), cronograma físico-financeiro e detalhamento da taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais.

8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

A reforma e ampliação de uma unidade hospitalar como o Hospital Régis Pacheco constitui um objeto de natureza técnica e funcionalmente indivisível, sendo o seu parcelamento tecnicamente desaconselhável e economicamente desvantajoso para a Administração. A justificativa para a execução em um lote único fundamenta-se na **interdependência intrínseca das diversas disciplinas de engenharia** envolvidas no projeto.

A execução da estrutura, das vedações, das instalações elétricas, hidrossanitárias, de gases medicinais, de climatização e dos acabamentos não são etapas independentes, mas sim fases interligadas de um processo construtivo único e complexo. A contratação de empresas distintas para cada uma dessas frentes criaria uma barreira de gestão quase intransponível, com altíssimo risco de incompatibilidades de projetos, conflitos de cronograma e, o mais grave, dificuldades insuperáveis na apuração de responsabilidades por eventuais defeitos ou vícios construtivos que venham a surgir.

Ademais, a gestão de um canteiro de obras único, especialmente em uma unidade hospitalar que pode permanecer em funcionamento parcial, exige um comando centralizado para garantir a segurança dos trabalhadores, dos profissionais de saúde e dos pacientes. A presença de múltiplos contratados independentes no mesmo local multiplicaria os riscos operacionais e de segurança. Portanto, a contratação em lote único é essencial para assegurar a coesão técnica, a responsabilidade integral e a gestão eficiente e segura da obra, maximizando as chances de sucesso do empreendimento.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

Para que o processo licitatório seja deflagrado com a segurança jurídica e técnica necessária, a Administração deverá adotar, na fase preparatória, as seguintes providências:

- **Validação da Disponibilidade do Imóvel:** Juntar ao processo administrativo a documentação que comprove a titularidade do imóvel pelo Município ou, se for o caso,

o instrumento jurídico que assegure a plena disponibilidade da área para a realização da obra pelo prazo necessário.

- **Aprovação das Peças Técnicas:** Confirmar formalmente a aprovação do projeto básico e de seus elementos constitutivos (memoriais, planilhas, etc.) pelo órgão concedente (Estado da Bahia/SESAB), conforme as exigências do Termo de Convênio n.º 102/2026.
- **Instrução Processual Completa:** Anexar ao processo todas as peças técnicas indispensáveis à licitação, incluindo projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias detalhadas com composições de custos unitários, detalhamento do BDI e dos encargos sociais, cronograma físico-financeiro e a respectiva ART/RRT de elaboração do projeto.
- **Análise de Licenciamentos e Anuências:** Avaliar e, se necessário, providenciar o licenciamento ambiental, o alvará de construção, a aprovação do projeto na vigilância sanitária e quaisquer outras anuências de órgãos competentes que se façam necessárias.
- **Definição do Plano de Funcionamento:** Elaborar um plano de contingência e faseamento da obra, em conjunto com a direção do hospital, para definir quais serviços poderão ser mantidos durante a execução e como se dará a operação, minimizando a desassistência à população.
- **Análise Jurídica:** Submeter a minuta do edital e do contrato à análise e parecer do órgão de assessoramento jurídico do Município, para verificação de sua conformidade com o ordenamento vigente.

10. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS

A gestão de riscos é um componente essencial do planejamento, conforme determina a Lei n.º 14.133/2021. A seguir, apresenta-se uma matriz preliminar dos principais riscos associados a esta contratação, bem como as possíveis ações para mitigá-los.

Risco	Probabilidade	Impacto	Resposta Proposta / Medida de Mitigação
Incompatibilidade entre o projeto e a	Média	Alto	Exigir que as licitantes realizem

realidade física do local			vistoria técnica obrigatória no local da obra e prever, no projeto básico, mecanismos para compatibilização e ajustes finos durante a fase de elaboração do projeto executivo pela contratada.
Atraso na liberação das parcelas de recursos do convênio	Média	Alto	Manter um cronograma físico-financeiro estritamente alinhado ao cronograma de desembolso do convênio; realizar gestão proativa junto ao concedente; garantir que as prestações de contas parciais sejam enviadas com celeridade e correção.
Interferência negativa nos serviços hospitalares em funcionamento	Média	Alto	Exigir da contratada um plano de execução detalhado (plano de ataque) com faseamento da obra, isolamento rigoroso das áreas,

			controle de ruído/poeira e comunicação constante com a direção do hospital e a comunidade.
Necessidade de aditivos contratuais por falhas ou omissões de projeto	Média	Alto	Realizar uma revisão técnica aprofundada do projeto básico antes da licitação; garantir que o orçamento seja o mais detalhado possível; elaborar matriz de riscos contratual para alocar responsabilidades entre as partes.
Glosa de despesas na prestação de contas ao Estado	Baixa/Média	Alto	Implementar um sistema rigoroso de fiscalização, com documentação completa de todas as etapas da obra (relatórios diários, fotos, vídeos), medições precisas e ateste formal de todas as despesas, vinculando notas fiscais aos serviços medidos.

11. SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

A contratação deverá incorporar critérios de sustentabilidade e acessibilidade, em conformidade com a legislação vigente e as boas práticas de engenharia. O projeto e a execução da obra deverão prever a gestão adequada dos resíduos da construção civil (entulho), priorizando a reciclagem ou a destinação ambientalmente correta. Medidas para racionalização do consumo de água e energia no canteiro de obras deverão ser implementadas e fiscalizadas. De forma crucial, a reforma e ampliação deverão garantir a plena observância das normas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Lei n.º 13.146/2015 e NBR 9050), assegurando que o novo hospital seja um espaço verdadeiramente inclusivo.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e após análise pormenorizada da necessidade pública, do interesse coletivo e das soluções disponíveis, **conclui-se pela inequívoca viabilidade técnica, jurídica, econômica e administrativa da contratação** de empresa especializada para a execução da obra de reforma e ampliação do Hospital Régis Pacheco.

A situação atual do único nosocômio do Município de Canavieiras impõe uma ação **urgente e indispensável** por parte do Poder Público. A continuidade das condições de precariedade, insuficiência e inadequação de sua infraestrutura representa um risco real e presente à saúde e à vida da população, tornando a intervenção proposta não apenas uma melhoria, mas uma medida de caráter emergencial para a garantia do direito fundamental à saúde.

A solução delineada, consubstanciada na contratação de empresa especializada por meio de licitação, com base em projeto completo e orçamento detalhado, e financiada por meio de cooperação interfederativa, é a que melhor atende aos princípios da eficiência, da economicidade e da segurança jurídica.

Recomenda-se, portanto, o prosseguimento dos atos preparatórios, com a máxima celeridade que a responsabilidade administrativa permite, a fim de que o processo licitatório seja deflagrado e que esta obra, tão vital para a comunidade de Canavieiras, possa ser iniciada, concluída e entregue à população no menor tempo possível.

13. REFERÊNCIAS

- Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988 (arts. 6º, 37, *caput*, 196, 197 e 198).
- Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Lei Estadual da Bahia n.º 14.634, de 14 de dezembro de 2023.
- Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 102/2026, celebrado entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) e do Fundo Estadual de Saúde (FES-BA), e o Município de Canavieiras, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.